Nota de apoio à greve do magistério estadual

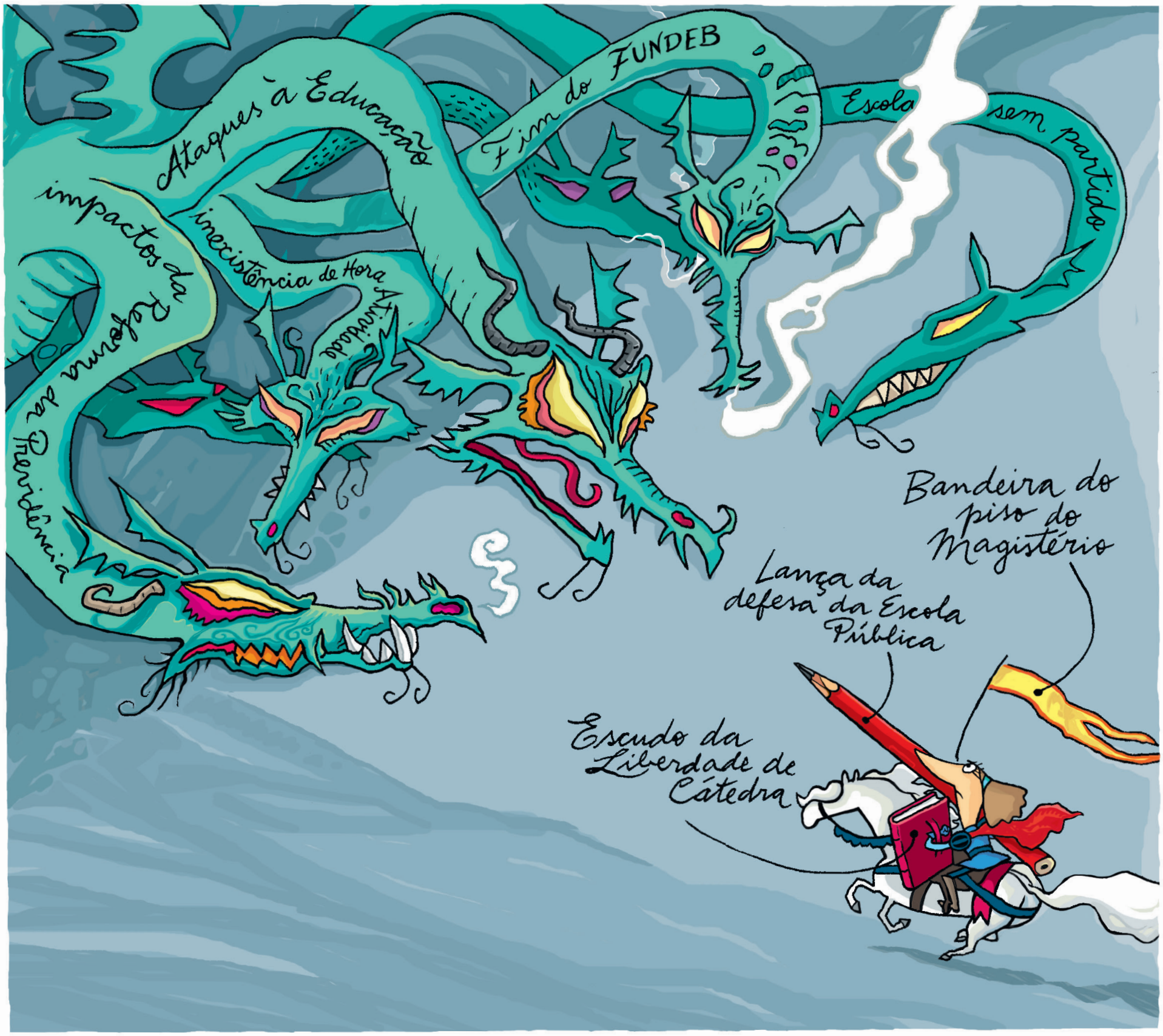
Contracapa

Crônica em Rede: Empreendedorismo na Educação, por Demétrio Cherobini

Contracapa

Edição 222 |
Dezembro de 2019
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



OS DESAFIOS QUE NOS ESPERAM EM 2020

Páginas 3 e 4

Memória Sinprosm: Zulânia Salamoni

Página 5

Muitas fotos do Chá das Aposentadas

Páginas 6 e 7

EDITORIAL

RECOBRE AS ENERGIAS

A cada final de ano, temos o hábito de realizar um balanço do ano que passou e projetar o ano que se aproxima. Ao concluir 2019, podemos afirmar que os ataques foram muitos e que nossa luta não cessou. Os ataques que sofremos e as batalhas que tivemos que empreender para defender direitos arduamente conquistados exigiram força e disposição de todos nós.

Agora, mesmo na expectativa das merecidas férias, não podemos deixar de prestar atenção às medidas tomadas pelos governos que atingem a educação pública nas diferentes esferas. As decisões dos governos demonstram desrespeito aos trabalhadores e aos estudantes e não cessam. Parece não haver limite para a decadência do que é público. É admissível, por exemplo, que alimentos impróprios para venda sejam utilizados para alimentar crianças nas escolas? É possível receber, em nossas escolas, alimentos com embalagem danificada e oferecermos aos nossos estudantes? Ou restos de balcão? Essa é uma das novidades de dezembro do governador Eduardo Leite (mesmo governo que tenta aprovar um pacote que sacrifica ainda mais nossos colegas do magistério estadual). É possível aceitarmos isso enquanto educadores? É dezembro, as férias se aproximam, mas não podemos baixar a guarda.

Em 2020, seguiremos a luta. Nesta edição, abordamos algumas das batalhas que teremos que empreender no próximo ano. O saldo de 2019 e as expectativas para 2020 exigem que estejamos unidos e fortalecidos. Vamos sacudir a poeira do ano que finda e recobrar energias para o que chega. Será preciso mobilização e noção de coletivo. Cada escola deverá ser espaço de construção da defesa da escola pública e da nossa valorização enquanto trabalhadores da educação. Vamos conversar, debater, mostrar para a comunidade a necessidade de uma luta conjunta.

> "Cada escola deverá ser espaço de construção da defesa da escola pública e da nossa valorização enquanto trabalhadores da educação."

O Sinprosm seguirá sendo agente de resistência na defesa dos professores, da escola pública, da democracia. E a força do sindicato está na atuação de cada professora, de cada professor que entende a necessidade da luta e a abraça. Luta essa que ocorre nas escolas, nas ruas, nos nossos espaços de convivência.

Que as férias renovem as energias de cada um e que, em 2020, estejamos unidos na defesa dos nossos direitos!

CHARGE DO ELIAS

ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS

PEC 133 DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC PARALELA)

Antes mesmo do texto da atual Emenda Constitucional nº 103 ter sido promulgado, em 12/11/2019, sua redação já possuía previsão de reforma nos termos da PEC 133/2019, a chamada PEC paralela. A referida PEC, dentre muitos pontos polêmicos, traz talvez como o principal deles, a permissão de que os Estados, Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência, as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União, inclusive para os professores.

A Proposta busca incluir no texto constitucional o Art. 40-A, o qual autorizará a aplicação das disposições da EC 103/2019, aos outros entes federados além da União, estabelecendo regras mais rígidas, através da aprovação de mera Lei Ordinária. Com isso, para todos os servidores que ingressarem no serviço público após a promulgação da referida Emenda Constitucional serão majorados a idade e o tempo de contribuição. Além disso, haverá a aplicação de uma nova base de cálculo para concessão das aposentadorias, que levará em conta uma média aritmética simples de todo o período contributivo, desde 1994.

Salienta-se que a nova fórmula de cálculo resultará na necessidade de que os trabalhadores alcancem 40 (quarenta) anos de contribuição, para obtenção de 100% (cem por cento) da média.

Ainda, a nova norma revogará todas as regras de transição já existentes até então, aplicáveis aos servidores que já se encontram em atividade, passando a prever outras duas normas que, da mesma forma que a regra geral, irão atribuir requisitos de maior idade e tempo de contribuição para fins de aposentadoria, ressalvados aqueles que possuem direito adquirido.

Na mesma seara, as novas regras irão impor aos servidores de Estados, Municípios e DF, novas alíquotas de contribuições previdenciárias, com elevação para até 22% (vinte e dois por cento) sobre os vencimentos. Dentre outros pontos que poderão ser alterados com aplicação das novas normas estão a aposentadoria por invalidez (que se tornará "aposentadoria por incapacidade"), as pensões por morte e a acumulação de benefícios.

Relevante informar, por fim, que por se tratar de EC o processo de votação possui um rito especial, o qual demanda a discussão e votação em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional, e ao final deverá perfazer em cada votação um total de 308 votos na Câmara de Deputados e 49 votos no Senado.

Por todos esses motivos, as novas regras imputarão severos prejuízos previdenciários aos servidores de Municípios, Estados e DF, revogando direitos anteriormente garantidos.

MOBILIZAÇÃO

ATENÇÃO: 2020 ESTÁ LOGO ALI

Debates importantes para o futuro da categoria e da educação, em Santa Maria e no Brasil, estão no horizonte do novo ano

2019 está chegando ao fim com um saldo de pautas-bomba gigantesco para os trabalhadores. A área da educação, com o seu papel central para o desenvolvimento do livre pensamento, esteve como um dos alvos preferenciais do neoconservadorismo que assola o país. As ações de resistência contra o discurso agressivo do governo Bolsonaro partiram principalmente das entidades sindicais de professores, funcionários da educação e estudantes de todos os níveis. Os professores municipais de Santa Maria também fizeram a sua parte, com grandes mobilizações com foco nas pautas locais e nacionais. Mas e a partir de agora, o que nos espera?

O rescaldo de todos esses ataques aos professores, à escola pública e à autonomia da educação precisará, necessariamente, vir em forma de unidade em 2020. Mesmo que tenhamos conseguido demonstrar capacidade de mobilização contra muitas pautas, em outras fomos vencidos.

Mesmo que o ânimo dos partidários da Escola Sem Partido tenha arrefecido, a liberdade de cátedra ainda está sendo ameaçada, porém por outros caminhos; a lei do Fundeb se extingue em 2020 e precisamos de uma alternativa viável; nem todos os colegas compreenderam o reflexo da reforma da previdência em suas vidas, porém ela já chegou; o pacote do governo Leite deprime a carreira do magistério estadual e também nos atinge; precisamos nos agarrar com firmeza à Lei do Piso Nacional e ao nosso plano de carreira, afinal o PSDB de Leite e Pozzobom está com Bolsonaro. Por fim, as eleições municipais e sindicais ocorrem praticamente em paralelo. É pouca coisa?

Precisamos discutir todas essas questões em separado, mas também em conjunto. Afinal, fazem parte da mesma política de desmonte e de tentativa de submissão da educação aos interesses do mercado e do conservadorismo.

Unidade dos professores municipais será definitiva para resistir aos ataques à educação pública em 2020

BARRICADA PELA ESCOLA PÚBLICA

Mais do que nunca, a escola pública no Rio Grande do Sul está sob ataque. O pacote do governo Eduardo Leite praticamente joga por terra grande parte do que restou da carreira do magistério estadual. Uma categoria que vem sendo assaltada há quase quatro anos por atrasos salariais e parcelamentos, que há mais de cinco anos tem visto seus proventos congelados esfarelarem-se frente à inflação, poderá perder também os principais elementos que davam ainda um mínimo de atratividade à carreira.

Prestamos solidariedade aos professores estaduais, mas só isso não basta. Além do compromisso com os nossos colegas, precisamos ter a compreensão de que o ataque é principalmente ao ensino público. O que significa para a sociedade gaúcha matar a Educação à mingua? No que resultará a fuga cada vez mais acelerada de bons professores para outras áreas? A quem interessa esfacelar a Escola Pública?

Nós sabemos as respostas. Uma educação estatal fragilizada expulsa alunos, beneficia a educação "mercadológica", reduz gastos públicos e abre flanco para privatizações e fechamento de escolas. O "mercado" não quer indivíduos autônomos e livre-pensantes, quer "educação empreendedora".

Parece distante? Não é. Essas ações estão cada vez mais presentes em nosso dia-a-dia: em simpáticos programas governamentais, nas compras de vagas, nas parcerias estratégicas com entidades do terceiro setor, em propostas de metas para o financiamento da educação (vide quadro abaixo).

O FUNDEB É NOSSO

O futuro da educação brasileira está no debate que vem se desenrolando sobre a renovação do Fundeb, que tem validade até dezembro de 2020. Três projetos de emenda constitucional (PEC 33/2019 e PEC 65/2019 do Senado e PEC 15/20015 da Câmara) preveem renovação do fundo e a necessidade de torná-lo permanente. Há consenso de que será necessário ampliar a participação da União, porém com divergências graves sobre a proporção do aumento (hoje 80% do que é gasto com Educação Básica sai dos cofres de estados e municípios) e os mecanismos para definir o valor mínimo por aluno.

O debate ao longo do ano, até que sejam definidos os parâmetros, deverá ser acirrado neste ponto e precisamos nos posicionar contra propostas que possam vir a interferir na autonomia das escolas e no trabalho do professor. Na proposta da deputada Tábata Amaral (PDT/SP), o repasse deixaria de ser apenas por dados educacionais (número de matrículas), mas também pelo atendimento de metas, diminuindo ou aumentando o Valor Aluno Ano conforme o atingimento dos parâmetros estabelecidos. Também será necessário garantir a manutenção do investimento no setor público, não permitindo que os recursos possam ser usados para financiar ensino em instituições privadas.

Em Santa Maria, o Fundeb é quase 100% utilizado no pagamento dos nossos salários. Por isso, a valorização dos profissionais da educação e a ampliação do número de vagas para a universalização do atendimento (obrigatoriedade dos 4 aos 17 anos, mais o atendimento da creche e da EJA) devem fazer parte do projeto. "Precisamos participar ativamente deste debate. O financiamento da educação está no centro das nossas principais bandeiras e vai definir como trabalharemos nos próximos anos", resume a coordenadora Celma Pietczak.

EM BUSCA DO PISO PERDIDO

Lutamos durante muitos anos por uma lei que balizasse o salário dos professores e garantisse regramentos para o uso da carga-horária, portanto essa continuará sendo a nossa maior bandeira. O governo Pozzobom fez o possível para ignorar os atos promovidos pela categoria durante 2019 em reivindicação a esse direito, mas não ficamos de braços cruzados e nem ficaremos no próximo ano, que pode ser crucial para nossas pretensões.

Com um índice de pessoal bastante abaixo do que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal e um discurso que mantém aberta a possibilidade de investimento em diversas áreas (possível de concluir observando-se o bombardeio de propaganda oficial), o que falta mesmo à gestão de Pozzobom é vontade política de valorizar os professores. Judicialmente, continuamos na batalha com as ações coletivas cobrando o pagamento do piso no básico, como rege a lei. "Mesmo que acreditemos que a justiça será feita, nada substitui a unidade e participação da categoria na luta pelos seus direitos. O que sensibiliza de verdade os governantes é a clareza de propósito e a força da mobilização", reforça a coordenadora Martha Najar.

DE OLHO NA LEI DA MORDAÇA

Na superfície parece que o debate sobre as iniciativas que visam limitar a liberdade de cátedra esfriaram. Mas na prática não é assim. No último dia 4 de dezembro o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), determinou a criação de comissão especial para analisar o PL 7180/14, conhecido como Escola Sem Partido. Ou seja, o assunto está pronto para voltar à baila.

Essa aparente calmaria deve-se à avalanche de outras pautas importantes para educação e também à extinção desta mesma comissão na legislatura passada. Em Santa Maria a militância da educação demonstrou seu repúdio à ideia no final de 2018, quando lotou o plenário da Câmara de Vereadores para manifestar-se contra a moção de apoio proposta por um vereador e onde pudemos perceber quem é quem neste debate. No início do ano o Sinprosm promoveu plenária sobre o tema e também os defensores da Escola Sem Partido mostraram mobilização, o que nos leva a acender a luz de alerta: em Santa Maria tem gente pronta para defender a censura dos professores.

REFORMA QUE NÃO PARA

A reforma da previdência já chegou aos funcionários estatutários e não é pequena. A partir da data da promulgação da Emenda Constitucional 103 (12/11/2019) estão vedadas as incorporações, na remuneração para aposentadoria, de vantagens temporárias ou vinculadas aos exercício de função de confiança ou de cargo de comissão o que inclui unidocência, RET, RST, difícil acesso, gratificação de direção e de coordenação, adicional noturno, dentre outras. Os direitos adquiridos até a publicação da lei estão garantidos.

O contracheque deverá ter outro baque ainda em 2020. Conforme a reforma já aprovada, o Ipassp-SM precisa enviar à Câmara de Vereadores projeto que modifique até julho a alíquota previdenciária descontada do servidor da ativa, que deverá passar de 11% para 14%. Para a parte patronal ela já passou a 22%.

Ainda pode vir muito mais. A PEC 133, conhecida como PEC Paralela, está em tramitação e deve definir alguns pontos ainda não definidos (vide Espaço Jurídico na página 2). A principal delas é a idade mínima para aposentadoria e a proporcionalidade.

E a reforma encaminhada pelo Governo do Estado ainda pode respingar no município. Se for aprovada antes da PEC 133, só valerá para os funcionários do Estado. Mas se for aprovado depois da PEC Paralela (ou não for aprovada) pode ter implicações nos regimes próprios de previdência dos municípios.

UM NOVO PREFEITO

O Sinprosm, como sempre, participará ativamente das eleições municipais de 2020. Tradicionalmente organizamos um debate com os candidatos e abrimos espaço no Primeira Classe para que possam apresentar suas ideias à categoria, que, obviamente tem todo interesse em conhecer claramente posicionamentos sobre as pautas mais urgentes e a visão de futuro para a educação em Santa Maria. Precisamos ver de fato quem é quem e informação é tudo no momento de votar.

O próximo prefeito receberá missões gigantescas na área de educação. A primeira delas é retomar avanços na política salarial, estagnada na gestão de Jorge Pozzobom. Nem um real das perdas históricas foram recompostas (próximas dos 30%), desconsiderou completamente o piso nacional (vide quadro específico acima) e ignorou as reivindicações por reajuste no auxílio-alimentação, congelado desde 2014. Por força da lei eleitoral, é vedado qualquer reajuste no último ano da gestão, portanto só em 2021 para que o diálogo seja retomado.

Para além da pauta salarial, precisamos estar atentos a outras questões importantes nesse processo eleitoral: manutenção do Plano de Carreira; investimento na estrutura das escolas; futuro da EJA; definição sobre o plano de saúde; autonomia financeira, pedagógica e administrativa expressa na Lei de Gestão Democrática; proposta para a carga-horária de planejamento, dentre outras. É pouco?

QUEREMOS PLANEJAMENTO

Parece que a disposição em dar andamento ao assunto acabou virando enrolação. No início do ano, chegou a ser cogitada pela secretária Lúcia Madruga a apresentação de um projeto-piloto para possibilitar a carga-horária da hora atividade, o que não ocorreu. Posteriormente, o sindicato solicitou a continuidade do trabalho do grupo de trabalho para tratar do assunto e o agendamento de reuniões, sempre marcadas e posteriormente canceladas por parte da SMEd. Neste momento, existe o agendamento de reunião entre sindicato e SMEd para o próximo dia 17 de dezembro. Nada de concreto foi encaminhado após o estudo feito pelo grupo composto por secretaria, duas escolas, Conselho Municipal de Educação e sindicato. O Sinprosm, através da coordenadora Juliana Moreira, levantou junto a municípios com redes semelhantes a Santa Maria o modelo de aplicação da lei. "A conclusão é de que cada município encontra modos de organizar-se dentro da sua realidade, com diferenças em carga-horária, estrutura de pessoal, preocupação com qualidade, não sendo possível replicá-los integralmente em nosso contexto", confirma a coordenadora. Outra proposta discutida pelo grupo, levada pelo Sinprosm, é a adoção da bi docência, em que dois professores atuam conjuntamente. A SMEd comprometeu-se a realizar estudo de impacto financeiro, também sem retorno.

ÀS URNAS, SINPROSM

Nosso estatuto prevê eleições sindicais para o segundo semestre de 2020. A próxima gestão deverá tomar posse até 29 de outubro de 2020 e conduzir a entidade até o segundo semestre de 2023. O número de professores sindicalizados atualmente gira em torno de 1.650, sendo 930 da ativa e 720 aposentados. Temos um histórico de processos democráticos, transparentes e desta vez não deverá ser diferente.

BOLSONARO X EDUCAÇÃO

O governo chega ao final do primeiro ano colecionando crises, ataques à classe trabalhadora e desprezando os valores democráticos. A área da educação foi um dos seus principais alvos. Em 2020, já apropriados da máquina pública, é possível afirmar que mais momentos difíceis estão por vir.

O orçamento previsto para o MEC para 2020 sofreu corte de 17%, caindo de R$ 121,9 bilhões em 2019 para R$ 101,2 bilhões. O ministro Weintraub prefere atacar as universidade federais a apresentar soluções para o setor. Os emissários governistas vêm à nossa cidade insultar a UFSM, seus alunos e professores. O que mais podemos esperar?

Memória Sinprosm

ZULÂNIA SALAMONI, A ETERNA

Componente de diversas coordenações entre os anos 1990 e 2000, "Zu" construiu uma história de luta, amizade e companheirismo dentro do Sinprosm. Sua trajetória é contada por colegas de sindicalismo e de vida

Cristina Rigão: "Uma referência"

Conheci a Zu quando entrei na prefeitura e procurei o sindicato. No ano seguinte começou o atraso dos salários no governo Osvaldo e por conta disso nós paralisamos, primeiro na operação tartaruga, depois completamente. A Zu era cedida no sindicato e quando fazíamos as paralisações nós nos reuníamos no sindicato na Torre GBOEX para visitar as escolas que não estavam paralisadas. Eu sempre ia com ela, conversávamos, e muito do que eu aprendi em termos de sindicato foi observando a Zulânia. Ela tinha uma delicadeza para tratar com as pessoas, explicar por que era importante para a categoria estar unida naquele movimento. As vezes as pessoas ficam alteradas, pensam que vamos forçar a parar, e ela era uma pessoa muito legal sem se impor, sem ser agressiva. Ela era uma pessoa muito querida, eu não conheço alguém que não gostasse da Zu. É uma referência para a gente, alguém que sempre lutou, que esteve sempre presente, mesmo no final. Ela melhorava e dava um jeito de voltar.

Arlete Dalla Pozza: "Excelente profissional"

No início de fevereiro comprei uma cuca e fui na casa dela tomar chá e me falou que provavelmente em março retornaria para a escola, cheia de esperança. Quando ela faleceu, estava trabalhando comigo (na EMEF João Pedro Mena Barreto). Foi para lá em 1998 e ficou seis anos com a gente. Era uma excelente profissional, os alunos tinham adoração por ela, se relacionava muito bem com as colegas, ajudava todo mundo em tudo, uma pessoa extraordinária. Tinha 20 horas no sindicato e 20 horas na escola, lecionava Ciências da 5ª à 8ª séries. A escola sempre apoiou a Zulânia e o sindicato, tínhamos um ótimo relacionamento e ajudou a aproximar a escola das mobilizações. Uma vez teve uma greve e eu levei o livro ponto para o clube, por que uns não iam ficar em casa, vadiando, enquanto os outros estavam lutando.

Suseti Medianeira: "Exemplo de sindicalista"

Conheci ela quando trabalhamos juntas na primeira diretoria que veio para o sindicato. Para mim a Zulânia foi um exemplo de sindicalista. Ela era capaz de abrir mão da opinião pessoal dela em favor da categoria. Se ia em uma escola e o clima estava pesado, ela conversava mas não saia com mágoa. Ela não guardava mágoa de ninguém. Tinha um jeito de ser desprendido das coisas pessoais, era muito pelo coletivo. Uma luta incansável que ela teve foi para fundar o Fundopas. Se hoje a gente tem um Ipassp-SM, uma previdência decente, uma saúde decente, é resultado da luta dela e do Márcio Ferreira. Esteve em tantas reuniões, algumas vezes duas por semana, que até brincávamos que ela tinha um amante chamado Fundopas. Foi difícil, a prefeitura não queria dar a parte patronal. Era incansável. Quando ela ficou bem doente, me disse: "eu lutei tanto e agora estou me beneficiando". Ela tinha todo o direito, como todos nós, de usufruir o que ela tanto construiu. Quando estava ficando doente, me pediu lá na EMEF Antônio Gonçalves do Amaral que eu voltasse para o sindicato para ajudar o Antônio Lídio. Eu estava bem na escola, não pretendia sair, mas na terceira vez disse que voltaria com as 40 horas, desde que ela voltasse quando estivesse melhor. Ela não cumpriu acordo, acabou indo para outro plano.

Na posse da coordenação eleita em 1999 na Torre GBOEX, Zulânia (à direita) com a filha Gabriela

Circe Rocha: "Um consenso"

Conhecia a Zulânia vagamente antes do sindicato, mas convivência foi quando entramos na direção e nunca mais nos afastamos. Não tem o que eu diga que não sejam coisas boas. Eu era a parte mais dura do sindicato e ela era a parte mais doce. Nunca vi alguém não gostar da Zu, tinha um trato muito bom com os colegas, trabalhava com muita competência mas com uma doçura, uma delicadeza. Era extremamente respeitada dentro do sindicato e pela categoria. Foi imprescindível numa época muito dura, muito difícil, com lutas grandes por plano de carreira, com salário atrasado. Ela era união, bem estar, qualquer discussão na diretoria do sindicato ela contemporizava, chamava as pessoas e não sabia ficar com essas mágoas. Era uma política como precisa ser, feita dentro do sindicato como todos nós. Trabalhou um horror, principalmente pelo Fundopas na época. Ela era que participava de todas as reuniões, estudava, tinha todo o conhecimento e era responsável dentro da direção.

Depois entrou em licença, se recuperou e voltou e ficou até não poder mais. Em uma das festas do sindicato, já doente, ela foi toda arrumada, pintada, de chapéu, e uma professora perguntou: "quem é aquela perua naquele estilo todo?". Ela não tinha reconhecido a Zu, apesar de saber que estava doente. Só para ti ter uma noção do quanto ela trabalhou mesmo com todas as dores, não só dela mas da família também, e nunca se queixou. Nunca ouvi ela dizer que não aguentava de dor, mesmo no final quando precisou ser sedada no hospital para parar de sofrer. Não tenho grande de fé, mas se existe anjos, um deles seria a Zu. Era uma pessoa maravilhosa.

30 ANOS

CHÁ, ALEGRIA E REENCONTRO

Para fechar as comemorações dos 30 anos do Sinprosm e o Dia do Professor, mais uma grande confraternização

Os professores municipais de Santa Maria encerraram com chave de ouro as celebrações para marcar as três décadas de fundação do seu sindicato. No dia 14 de novembro, as aposentadas fizeram da festa preparada pela coordenação sindical no Salão Floratta, do Clube Atirador Esportivo, uma linda confraternização de reencontro.

A oficina de dança da Professora Lívia Thomas colocou todo mundo para dançar com as coreografias em estilo country, em uma atração tradicionalmente bastante aguardada. Os bazares de flores, roupas e pedrarias também atraíram a atenção das presentes. Diversos brindes foram sorteados durante a festa, dentre eles da empresa Querty Guedes Acessórios.

A festa teve o serviço de buffet realizado pela Da Cás Eventos, animação com a Druzian Sonorizações e degustação de espumantes com a A.M.A. Sparkling. As fotos são da jornalista Mariana Olhaberriet.

Acima, o salão principal do ATC no início do jantar-baile. Abaixo, a decoração na entrada do clube

Edição 222 |
Dezembro de 2019
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

Sinprosm apoia greve do magistério estadual

Greves se justificam quando suas motivações são justas. Nossos colegas professores estaduais partem novamente em um movimento grevista após mais um ataque violento aos seus direitos. E quando se fala em DIREITOS, no plural, não se trata de efeito de retórica: trata-se, literalmente, de um pacote de ataques.

O pacote do Governo Eduardo Leite acaba por jogar por terra grande parte do que restou da carreira do magistério estadual. Uma categoria que vem sendo assaltada há quase quatro anos por atrasos salariais e parcelamentos, que há mais de cinco anos tem visto seus proventos congelados esfarelarem-se frente à inflação, poderá perder também os principais elementos que davam ainda um mínimo de atratividade à carreira.

Enquanto isso, nada é feito em relação a discrepâncias salariais (e de tratamento) gigantescas dentro da própria estrutura do Estado. O que significa para a sociedade gaúcha matar a Educação à mingua? No que resultará a fuga cada vez mais acelerada de bons professores para outras áreas? A quem interessa esfacelar a Escola Pública?

Da mesma forma, a afinidade entre o governo estadual e o de Santa Maria deixa a categoria dos professores municipais em vigilância permanente. Fica o alerta: não toquem no nosso Plano de Carreira.

Os professores municipais de Santa Maria se solidarizam com a luta dos professores estaduais. A defesa do ensino público gratuito e de qualidade é uma luta coletiva e dela não abrimos mão.

CRÔNICA EM REDE

"EDUCAR E EMPREENDER": UMA CANOA FURADA PARA A EDUCAÇÃO

A Prefeitura de Santa Maria organizou recentemente um evento, direcionado a estudantes e professores da rede, com o mote Educar e Empreender, onde o "empreendedorismo" é divulgado como prática econômica capaz de satisfazer as necessidades das pessoas no contexto do Brasil em crise. Diante disso, cabe a reflexão: é razoável pensar em alunos e professores como "empreendedores"?

Analisemos. Um "empreendedor" é alguém que deve ter dinheiro para no mínimo duas coisas: 1) empregar trabalhadores; e 2) comprar a matéria prima e os instrumentos de trabalho para a produção das mercadorias. Ora, ter dinheiro para começar um "empreendimento" não é algo disponível a qualquer um.

Quem são os estudantes da rede? A grande maioria é filha de trabalhadores, não de "empreendedores". Esses indivíduos serão, no futuro, com muita probabilidade, também trabalhadores. O salário médio de um trabalhador com carteira assinada no Brasil hoje é de cerca de R$2.000,00. O salário dos trabalhadores informais - quase metade da população economicamente ativa - é ainda mais baixo: pouco mais de mil reais. Ressalte-se ainda os 13,5 milhões de desempregados, que não dispõem de qualquer renda. Os estudantes da escola pública no Brasil são, justamente, salvo exceções, os filhos desses sujeitos.

Pois bem. A estrutura econômica brasileira tem uma formatação específica que requer uma certa quantidade de trabalhadores com especificidades próprias às suas exigências. Essa realidade se impõe, inexoravelmente, sobre milhões de indivíduos, que devem se adequar a ela para poder ganhar salário e viver. Eles não têm e não terão acesso ao dinheiro que é preciso para serem "empreendedores", porque o que ganham mal dá para satisfazer suas necessidades básicas. Diante disso, qual o sentido dessas pessoas terem aula de empreendedorismo? Quiçá fossem ensinadas sobre direitos trabalhistas, para poderem ao menos se defender num país onde esses direitos são cada vez mais escassos.

A realidade é dura e se impõe contra as fantasias. Papai Noel, de fato, não existe. Fazer crer o filho de um trabalhador que ganha mil reais que ele vai ser um "empreendedor" é mistificar sua consciência. É algo como fornecer-lhe um narcótico da pior espécie. Com um mínimo de bom senso, percebe-se que não há porque embarcar nessa canoa furada. Sejamos realistas. Os professores têm coisas mais importantes a fazer do que contar histórias da carochinha para seus alunos. E a educação é algo sério demais para se perder em ladainhas desse tipo.

Demétrio Cherobini
Professor municipal licenciado em Educação Especial (UFSM), bacharel em Ciências Sociais (UFSM), mestre e doutor em Educação (UFSC)

Envie seu texto com até 2.000 caracteres (com espaços) para sinprosm@gmail.com e participe!

SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE SANTA MARIA
Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES

Mala Direta Postal Básica
9912342496/2014 - DR/RS
SINPROSM
CORREIOS

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najar, Juliana Corrêa Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana Peruzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA, REDAÇÃO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares